

Relato de experiência sobre uma abordagem de design em uma casa de acolhimento institucional: ações participativas para elaboração do briefing

Experience report on a design approach in an institutional shelter: participatory actions to prepare the project brief

PESSÔA, Sâmela Suélen Martins Viana
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG | samela.viana@uemg.br

PÓVOA, Carolina Mendes
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG | carolinampova@gmail.com

REZENDE, Edson José Carpintero
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG | edson.carpintero@uemg.br

Resumo

A pesquisa apresenta a fundamentação teórica acerca da história do acolhimento institucional no cenário nacional e as ferramentas para a condução de ações participativas de design. Também são apresentados relatos de experiência das ações participativas realizadas durante a coleta de dados de uma investigação em uma casa de acolhimento institucional. Após análise dos resultados foi possível consolidar o briefing do projeto de design de ambientes, que apresenta diretrizes que fundamentam ações de continuidade para reformulação dos ambientes da casa.

Palavras Chave: Design participativo. Design de ambientes. Design social. Acolhimento institucional.

Abstract

This research presents the theoretical foundation on the history of institutional shelters in the Brazilian scenario and the tools for the conduction of participative actions in design. We also present experience reports about the participatory actions carried out during the data collection. After analyzing the results, it was possible to define the brief for the environment design project, which includes guidelines for continuous actions to revitalize the environments of the shelter.

Keywords: Participative design. Social design. Environment design. Institutional sheltering home.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de uma pesquisa de iniciação científica realizada em uma casa de acolhimento institucional, na qual buscou-se como objetivo central analisar como uma abordagem participativa pode contribuir para a proposição de um *briefing* de design de ambientes. Assim, será apresentada a seguir a trajetória da pesquisa que passa pela perspectiva histórica do acolhimento institucional no cenário nacional e, em seguida, a conceituação do design de ambientes e sua aplicação no contexto de pesquisa. Para isso, apresenta-se a metodologia do design aplicada a tipologia do ambiente e as variáveis encontradas no contexto social. Em sequência, foi apresentado o design participativo e algumas de suas possibilidades de aplicação como ferramenta de inserção no campo de pesquisa e coleta de dados.

Foi desenhada e aplicada uma oficina de design participativo no campo de pesquisa e após análise dos resultados foi possível consolidar o *briefing* de design de ambientes, o qual indicou diretrizes que fundamentam as ações de continuidade para atender as demandas apresentadas.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, pois estabelece como ponto de vista social um grupo de pessoas, no qual a pesquisa busca compreender as atitudes, preferências, opiniões e sondagens deste grupo. O método escolhido para a investigação foi o estudo de caso do tipo único. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e compreensão do contexto da ação. A pesquisa está amparada pelas técnicas de observação direta e participante e pelas ações de design participativo que possibilitam o envolvimento dos usuários em todo o processo.

2 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DESIGN DE AMBIENTES

2.1 Contextualização do Acolhimento Institucional

A partir dos relatos documentais sobre a assistência às crianças no Brasil é possível perceber as grandes mudanças que esse sistema sofreu ao longo dos anos. Segundo Rizzini e Rizzini (2004) no início do século XIX, ainda no período colonial, as famílias que procuravam o Estado em busca de auxílio na criação dos seus filhos, já sabiam que a medida a ser tomada seria a institucionalização destes como órfãos ou abandonados. Nesse período, também vigorava o sistema conhecido como “roda dos expostos” (FIGURA 1), no qual as famílias deixavam os bebês na porta das chamadas casas de expostos de forma que sua identidade não fosse revelada. Durante mais de um século esse sistema era a única forma de assistência à infância no país (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SANTOS, 2013; VIEGAS, 2007).

Figura 1 - Casa de expostos no estado de São Paulo.



Fonte: Coleção Secretaria da Agricultura (1920).

Ainda no século XIX é possível perceber novos modelos de instituição criados para dar suporte à criação dos filhos. É o caso, por exemplo, das escolas de ensino jesuítas que davam às crianças das pequenas aldeias a oportunidade de aprender a ler e escrever. Concomitantemente, foram criados colégios religiosos e de formação superior para os filhos das camadas mais ricas da população (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Neste período, final no séc. XIX e início do séc. XX, muitos são influenciados pelos ideais propagados no período da Revolução Francesa, também conhecido como século das luzes. Isto influencia, em certa medida, as mudanças gradativas na democratização da política de assistência, uma vez que passaram a questionar acerca da necessidade de reformulação de práticas tradicionais e arcaicas (BAPTISTA, 2006; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O século XX inicia-se com novos olhares para a questão da proteção à criança e ao adolescente, como afirma Rizzini e Rizzini (2004, p. 28):

Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX.

Ao longo dos anos, a categoria de menor abandonado foi sendo ampliada de forma a abranger casos com justificativas diversas, ocasionando a superlotação nas instituições e a ineficácia na qualidade do atendimento prestado. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o período republicano é marcado pela grande intervenção do Estado no que se refere ao planejamento de políticas para atender as questões relacionadas ao menor. É possível identificar

diferentes ações em relação a isso, como por exemplo, a criação em 1941 do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). No contexto seguinte, em que se instaura o Regime Militar, foi criada a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM), na qual o menor passa então a ser visto como um problema de segurança nacional:

“Com um discurso de prevenção e reintegração social a FUNABEM e PNBEM favoreceram através das FEBEMs e outras entidades privadas, a internação em larga escala e em nível nacional dos ‘menores irregulares’” (HASHIMOTO, 2012, p. 6).

É possível perceber o surgimento de um movimento social de “reestruturação do pensamento da sociedade brasileira” (BAPTISTA, 2006, p.32) a partir dos anos 1970 em virtude do processo de finalização do período militar. Em razão disso, o país passou por um processo de redemocratização o que possibilitou a articulação dos movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania (BAPTISTA, 2006; HASHIMOTO, 2012).

Os movimentos sociais e as articulações que dele se sucederam impulsionaram a inclusão de artigos na Constituição Federal de 1988 que contemplassem uma nova legislação para crianças e adolescentes (BAPTISTA, 2006). Em 1990, com a criação do Estatuto da Criança (ECA) e do Adolescente estabeleceu-se diretrizes mais assertivas e direcionadas no que se refere a proteção à criança e ao adolescente.

O ECA instaura um novo paradigma de tratamento em relação às crianças e aos adolescentes, pois deixa de tratar a questão do acolhimento como uma prática assistencialista e passa a tratá-la como um serviço prestado pelo Estado à sociedade. Por isso, as justificativas que levam ao abrigamento deixam de ser direcionadas à criança estereotipada como carente e abandonada, como acontecia anteriormente, e passa a ser referente a violação dos seus direitos (OLIVEIRA, 2006; SANTOS, 2013).

Nesse sentido, muitas mudanças foram propostas no que tange a defesa dos direitos dos menores, às formas de ação voltadas a esse público e também às justificativas pelas quais as crianças e adolescentes eram institucionalizados, como afirma Rizzini e Rizzini (2004, p. 47):

“E tomava corpo a compreensão de que o foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social”.

Ao se voltar para a causa do problema da institucionalização em massa dos menores no Brasil, o ECA estabeleceu diferentes modelos de

institucionalização levando-se em consideração a área em que a criança ou o adolescente teve seus direitos violados. O estatuto estabelece que o abrigo servirá como uma medida protetiva de caráter provisório e excepcional, enquanto a internação se dará como medida socioeducativa. Tal direcionamento se contrapõe às antigas práticas de institucionalização como suspensão do direito de criação por parte da família e induz a um novo modelo de abrigamento com o esforço de garantir os vínculos familiares e convivência comunitária (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SANTOS, 2013). Ao definir novos critérios e modelos de proteção à criança e ao adolescente, o ECA foi responsável por configurar uma nova condição para o menor atendido, como afirma:

“A partir do ECA, as crianças e os adolescentes passaram de “objetos de tutela” a “sujeitos de direitos e deveres”. O mérito do ECA foi o de criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a “absoluta prioridade” das ações [...]” (SANTOS, 2013, p. 4).

2.2 Influência do Ambiente no Desenvolvimento do Adolescente Institucionalizado

Para a Psicologia Ambiental o ambiente vai além do espaço físico construído, englobando, assim, os seus usuários e as condições sociais que a envolvem. Nesse sentido, qualquer alteração sofrida por uma de suas partes, afetará todo o contexto. Por isso, entende-se que para compreender as complexidades de um ambiente é necessário atentar-se a todos os aspectos que o compõe: os componentes físicos, componentes não físicos e os aspectos sociais (CAMPOS-DE-CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

Levando-se em consideração o campo de investigação e a partir do pressuposto da Psicologia Ambiental, começa-se a entender a complexidade da relação existente entre o meio físico e as relações estabelecidas ali dentro. Compreende-se que há uma relação de troca entre o meio e o sujeito, de modo que há uma influência ininterrupta entre ambos. O ambiente da casa de acolhimento, nesse caso, gera valor sobre o indivíduo ao mesmo tempo em que este indivíduo impregna aquele ambiente com novos sentidos.

Assim, compreende-se que, inicialmente, quando o adolescente chega à casa, se depara com um novo espaço e que ao longo de sua vivência, interação social e construção de vínculos, o espaço pode se tornar um ambiente provido de valor simbólico e sentido para o acolhido (PESSÔA, 2017, p.170).

Por isso, o desafio é compreender o espaço físico a partir da perspectiva do que ele pode gerar e influenciar na vida dos indivíduos que, de alguma

forma, se faz presente ali. Entende-se, portanto, que o serviço de acolhimento institucional prestado deve ser executado levando em consideração o ambiente como um mecanismo que auxilia na promoção do desenvolvimento do adolescente acolhido.

2.3 Caracterização do Design de Ambientes no Contexto

O termo design foi incorporado à língua portuguesa a partir da sua utilização no inglês em que a sua significação remete à designo, plano e intenção. Historicamente, o termo é associado a processos industriais de criação e execução de produtos, todavia passou a ganhar novas significações a partir da sua ampliação de uso na sociedade, como afirma Bonsiepe (2011), tornando-se uma disciplina que engloba as questões estéticas e metodológicas com as temáticas complexas da sociedade (BONSIEPE, 2011; CARDOSO, 2008).

Bahia et al. (2016) afirmam que o design se configura como uma disciplina holística, em que por meio de um olhar ampliado e voltado às necessidades dos usuários é possível propor soluções mais assertivas. Nesse sentido, entende-se que o design aplicado ao ambiente se trata de um processo que inicia-se a partir do surgimento de uma demanda, que equivale à identificação das necessidades do usuário. Em seguida, dentro da demanda apresentada é necessário definir o problema de design, identificando as ações e os limites de atuação do designer. A partir dessa etapa de coleta e análise da demanda somada à contextualização dos dados, é possível consolidar o *briefing* o qual apresentará as questões que nortearão o processo do design.

Entende-se que por se tratar de uma área direcionada a solucionar problemas, o design possui ferramentas importantes para uma atuação social eficaz. Cabe aqui, portanto, relacionar o design de ambientes a uma ação consciente e inclusiva que ultrapassa o estereótipo de uma atividade direcionada a grupos limitados, mas que se aplica em variados contextos que relacionam pessoas e ambiências em seu sentido mais amplo. Assim, contextos de vulnerabilidade também se tornam cenários para a atuação do designer (ABREU, 2015; GENERAL ASSEMBLY OF INTERNATIONAL COUNCIL SOCIETIES OF INDUSTRIAL DESIGN, 2015).

2.4 O Design Participativo em Contextos de Vulnerabilidade Social

Estabelecer um processo no qual os usuários assumam uma postura participativa tem se tornado um mecanismo cada vez mais praticado nas ações de design. Isso se deve pela necessidade de uma compreensão apurada do contexto e das demandas existentes. O designer, ao criar espaços para escuta

e participação ativa dos usuários permite que o processo de identificação de demandas se oriente de modo compartilhado com os agentes do campo, pois entende que a sua vivência no contexto é o fator norteador na proposição da solução final (SILVA, 2012).

Além disso, a ação participativa se estrutura como mecanismo de coleta de dados e inserção do designer no processo, o que permite uma compreensão apurada dos fatos e o levantamento assertivo das demandas de um contexto. Nesse sentido, o designer passa a atuar como um facilitador do processo, colocando os “não-designers” como atores principais (SILVA, 2012). Acredita-se, então, que o design participativo é uma abordagem eficaz para os contextos sociais, uma vez que este permite uma relação horizontal entre os participantes do processo, proporcionando um ambiente de compartilhamento:

“[...] design participativo surge como um processo de criação coletiva que não apresenta esquemas hierárquicos ou ordens de comando, mas valoriza a inclusão e a democratização do compartilhamento dos saberes” (PESSÔA, 2017, p. 61).

Assim, a inclusão dos usuários no processo significa dar atenção de fato e voz ao indivíduo e não apenas fazer uso de uma ideia generalizada acerca deste. Cita-se como exemplo que deve-se ouvir as fontes primárias de informação, pois há o fato de crianças e adolescentes terem suas opiniões propagadas, em certa medida, por intermédio dos adultos. É preciso entender que crianças e adolescentes são fontes primárias de suas experiências e percepções e, por isso, devem ser ouvidas e valorizadas no processo (ALDERSON, 2005).

De acordo com Pessoa (2017), o Design participativo, através do seu processo de cocriação, é capaz de criar um ambiente que reconhece e valoriza as características sociais das partes envolvidas no processo. Isso contribui para que o desenvolvimento do projeto em questão esteja alinhado de fato à realidade local, em contraponto às metodologias tradicionais que, de certo modo, enxergam os usuários como expectadores e fontes de informação secundária.

3 RESULTADOS

Entende-se que o campo em que a pesquisa foi realizada se diferencia em muito dos contextos em que geralmente o design é aplicado. Isso se deve, entre outras questões, às características e peculiaridades que um ambiente de acolhimento traz. Trata-se de um ambiente em que questões sociais como injustiça, abandono e a falta de acesso aos direitos básicos são colocados em voga para serem, de certa maneira, assistidos. Nesse sentido, entende-se que o fluxo da pesquisa deve se adaptar ao contexto de forma que o resultado

final seja coerente com a realidade e as peculiaridades do local. Para isso, foi desenhada e aplicada uma oficina de design participativo como ferramenta para identificação das reais demandas no contexto, no que tange ao ambiente.

– IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA: RODA DE CONVERSA

Foi realizada uma roda de conversa com os funcionários da CAI (Casa de Acolhimento Institucional) na qual foi proposta uma dinâmica que incentivou o diálogo e a reflexão sobre as possibilidades de ações na casa. Foram selecionadas inicialmente todas as ações relacionadas ao diagnóstico dialogando com o ambiente que foram agrupadas em 5 tópicos. O objetivo dessa divisão de temas foi nortear a discussão a respeito de cada tema, sem que isso influenciasse nas respostas dos funcionários. Por isso, foi entregue uma folha para cada grupo apenas com perguntas que norteariam a discussão a respeito daquele tema. Com essa dinâmica foi estabelecido um ambiente de diálogo e discussão horizontal, em que todos os presentes se sentiram à vontade para se expressar e opinar nos temas discutidos (FIGURA 2).

Figura 2 - Imagens da oficina Roda de Conversa.



Fonte: dos autores (2017).

Na ação participativa: Roda de Conversa, foi estabelecido um ambiente de diálogo e discussão acerca das possibilidades de ação apontadas no diagnóstico. A partir dessa discussão, foi possível validar o que de fato é uma demanda atual da CAI e como os funcionários enxergam estas questões. Em cada tema pode-se perceber que ora as demandas eram confirmadas, ora surgiam novas demandas. Após o encontro, as respostas dos funcionários foram sistematizadas e analisadas. Entendeu-se então que para cada tema discutido pelos funcionários era possível desenvolver uma nova ação de design.

Após a sistematização das necessidades identificadas em cada tema de discussão colocou-se em voga os fatores limitantes e os fatores emergenciais que influenciam na execução de uma ação na CAI (falta de recursos; proposta de projeto de pesquisa e não com o aspecto de extensão; outras necessidades urgentes para a casa). Por isso, as necessidades identificadas foram filtradas e elegeram-se, então, a demanda que mais se adequaria às emergências da CAI e aos fatores limitantes. Elegeram-se a seguinte necessidade: 1) Falta de cuidado por parte dos adolescentes em relação aos objetos e ambientes na casa.

Entende-se que a identificação de uma nova ação na CAI, em consonância com as necessidades locais, nada mais é do que um problema de design. Portanto, para estabelecer os passos que precisam ser seguidos para responder a este problema foi desenvolvido um *briefing* de design. Nesse sentido, durante a estruturação do *briefing* de design foi possível identificar duas categorias de ação, que sintetizaram a necessidade escolhida pelos participantes da roda de conversa. São elas: pertencimento e preservação. Identifica-se como caminhos de continuidade desta pesquisa a validação destas categorias, bem como a criação de mecanismos que permitam a manutenção das condições para o bem-estar do público alvo na CAI.

3.1 Briefing: Construção a Partir da Coleta de Dados

A partir da oficina Roda de Conversa, como citado anteriormente, foi desenvolvido um *briefing* de design, a fim de sistematizar a demanda apresentada pelos funcionários e identificar os caminhos necessários para responder a este problema. Entende-se que através do *briefing* de design é possível contextualizar o campo e compreender de forma clara e profunda o problema de design.

Como forma de identificar as áreas nas quais deveriam ser feitas intervenções para que o problema de design fosse respondido, foi desenvolvido um quadro de necessidades (FIGURA 3). O objetivo deste quadro foi identificar as áreas que compreendem o problema de design e, para facilitar a compreensão, elas foram separadas entre dimensões materiais e imateriais. Acredita-se que esta forma facilitou a compreensão sobre o modo como serão respondidos cada tópico.

Figura 3 - Quadro de necessidades materiais e imateriais.



Fonte: dos autores (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa foram criadas abordagens específicas que possibilitaram a inserção dos pesquisadores no campo e a manutenção do ambiente de familiarização que possibilitou a coleta de dados. Acima das ferramentas utilizadas e adaptadas, foi possível perceber o valor do design participativo em contextos sociais, através da cocriação e da valorização da participação de cada indivíduo no processo.

A partir da oficina “Roda de Conversa” foi possível estruturar o *briefing* de design, que se configura como ponto de partida para se estabelecer os caminhos de continuidade do design neste campo de atuação. A elaboração do *briefing* de design, estruturado e construído a partir das reais demandas e necessidades locais, foi possível devido a utilização de métodos participativos.

Compreende-se assim que mediante a abordagem participativa, estabelecida para coleta de informações e caracterização do contexto e público desta ação, foi possível consolidar o *briefing* de design, o que possibilitou à equipe de pesquisadores a compreensão ampliada e convergente às necessidades do público da casa de acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Simone Maria Brandão Marques de. Aspectos subjetivos relacionados ao design de ambientes: um desafio no processo projetual. 2015. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015.
- ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP, v. 26, n. 91, p. 419-442, maio/ago. 2005.
- BAHIA, Isabella Pontello; PESSÔA, Sâmela Suélen Martins Viana; ROSENDO, Francislaine da Costa; FERNANDES, Anna Laura Scarabelli. Prática projetual em design de ambientes: relato de experiência sobre a inserção da metodologia aplicada à complexidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 12., 2016, São Paulo, SP. *Blucher Design Proceedings*, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 1280-1292, 2016.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Um olhar para a história. In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 25-38. (Coletânea abrigar, I).
- BONSIEPE, Gui. *Design, cultura e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2011.
- CAMPOS-DE-CARVALHO, Maria Ignêz; CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (org.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 28-43.
- CARDOSO, Rafael. *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Blucher, 2008
- GENERAL ASSEMBLY OF INTERNATIONAL COUNCIL SOCIETIES OF INDUSTRIAL DESIGN - ICSID, 29., 2015, Gwangju, Coréia do Sul. Gwangju: WDO, 2015.
- HASHIMOTO, Larissa Nunes. *Casa Lar: acolhimento de crianças e adolescentes*. 2012. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2012.
- PESSÔA, Sâmela Suellen Martins Viana. *Design para questões sociais: ação participativa em uma casa de acolhimento para adolescentes*. 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2004.
- SANTOS, Ana Maria Augusta dos. *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira*. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte, MG, 2013. Belo Horizonte: CRESS, 2013. p. 1-13.

SILVA, Nivaldo Áureo Nascimento. Abordagens participativas para o Design- Metodologias e plataformas sociotécnicas como suporte ao design interdisciplinar e aberto a participação. 2012. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

VIEGAS, Simone Soares. A política de atendimento a crianças e adolescentes em abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos. Belo Horizonte, MG: PUC MINAS, 2007.

Data de submissão: 2018-09-30

Data de aceite: 2019-03-19